



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

CPI FUTE

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar esquemas de manipulação de resultados em partidas de futebol profissional no Brasil

Apresentação: 17/05/2023 16:27:42.620 - CPIFUTE

REQ n.2/2023

REQUERIMENTO Nº , 2023

(Do Sr. Ricardo Ayres)

Requer a solicitação de todo o acervo documental e jurídico do Ministério Público de Goiás, referente à Operação Penalidade Máxima, para que contribua com informações importantes para esta Comissão.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º e § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 36 e 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as necessárias providências solicitar junto ao Ministério Público de Goiás, todo o acervo documental e jurídico, referente à Operação Penalidade Máxima, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério Público de Goiás (MPGO) denunciou 16 pessoas por fraudes visando à manipulação de resultados em 13 partidas de futebol: 8 do Campeonato Brasileiro da Série A de 2022, 1 da Série B de 2022 e 4 de campeonatos estaduais realizados em 2023. Assinada por promotoras e promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e da Promotoria de Combate ao Crime Organizado, a peça é resultado da Operação Penalidade Máxima II e seus desdobramentos, e já foi recebida pelo Poder Judiciário.

O Exmo. Promotor Cesconetto lidera as investigações da operação Penalidade Máxima, que mira um grupo que aliciava jogadores e fraudava apostas de campeonatos estaduais e do Campeonato Brasileiro. Até agora, 15



Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 270 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Tel (61) 3215-5270 | dep.ricardoayres@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Ayres
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231855463800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

atletas foram denunciados pelo Ministério Público, que agora mira novos integrantes da suposta quadrilha e o esquema para lavagem do dinheiro obtido.

Trata-se de atuação especializada visando ao aliciamento e cooptação de atletas profissionais para, mediante contraprestação financeira, assegurar a prática de determinados eventos em partidas oficiais de futebol e, com isso, garantir o êxito em elevadas apostas esportivas feitas pelo grupo criminoso em casas do ramo, como www.bet365.com e www.betano.com. O grupo se vale, ainda, de inúmeras contas de terceiros para aumentar seus lucros, ocultar reais beneficiários e registra a atuação de intermediadores para identificar, fornecer e realizar contatos com jogadores dispostos a praticar as corrupções

A investigação do MP-GO foi iniciada a partir de uma denúncia do presidente do Vila Nova, por um fato ocorrido em uma partida da Série B de 2022. A quadrilha na mira da Promotoria abordava jogadores e oferecia dinheiro para que eles fizessem determinadas ações nos jogos —como tomar um cartão ou cometer um pênalti. Os aliciadores ofereciam valores de R\$ 50 mil a R\$ 500 mil, e atletas foram ameaçados em casos em que o plano deu errado.

A operação já ofereceu denúncias, inclusive contra jogadores, e realizou prisões preventivas. Em meio às revelações do caso, clubes brasileiros afastaram preventivamente pelo menos nove atletas citados por apostadores.

Sendo assim, a audiência solicitada permitirá que os membros da CPI obtenham informações que podem contribuir com objeto da Comissão.

Deputado Federal RICARDO AYRES

(REPUBLICANOS/TO)

Apresentação: 17/05/2023 16:27:42.620 - CPIFUTEBOL

REQ n.2/2023

